

## Ditadura e Educação na Terra das Araucárias

*Silvana Lazzarotto SCHMITT<sup>1</sup>*

### **Resumo**

Os estudos sobre ditadura civil-militar brasileira são significativos nas últimas décadas, sendo que nos últimos anos pesquisas têm se dedicado a compreender as especificidades territoriais e de diferentes grupos que dela participaram. Nesta direção, o texto aqui apresentado tem a finalidade de explicitar características deste período no Estado do Paraná, no que tange à educação escolar a partir da análise de fontes primárias, em especial da documentação arquivada pela polícia política do Paraná, bem como a partir da legislação implementada. Este estudo foi delineado a partir da análise da organização do movimento estudantil paranaense, o que permite a compreensão de elementos fundamentais da educação escolar.

**Palavras-chave:** Ditadura. Educação. Movimento Estudantil.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Unicamp; Docente do IFPR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9327-7329>.  
E-mail: [silvana.schmitt@ifpr.edu.br](mailto:silvana.schmitt@ifpr.edu.br).

## Dictatorship and Education in the Land of Araucárias

*Silvana Lazzarotto SCHMITT*

### **Abstract**

Studies on the Brazilian civil-military dictatorship have been significant in recent decades, and in recent years researches have been dedicated to understanding the territorial specificities and the different groups that participated in it. In this sense, this text has the purpose of explaining characteristics of this period in the State of Paraná, with respect to school education from the analysis of primary sources, especially the documentation filed by the political police of Paraná, as well as the implemented legislation. This study was designed from the analysis of the organization of the student movement in Paraná, which allows the understanding of fundamental elements of school education.

**Keywords:** Dictatorship. Education. Student Movement.

## Dictadura y educación en la tierra de las Araucarias

*Silvana Lazzarotto SCHMITT*

### **Resumen**

Los estudios sobre la dictadura civil-militar brasileña han sido significativos en las últimas décadas, y en los últimos años la investigación se ha dedicado a comprender las especificidades territoriales y los diferentes grupos que participaron en ella. En este sentido, el texto aquí presentado tiene como objetivo explicar las características de este período en el Estado de Paraná, en lo que respecta a la educación escolar a partir del análisis de fuentes primarias, especialmente de la documentación presentada por la policía política de Paraná, así como de la legislación implementada. Este estudio fue diseñado a partir del análisis de la organización del movimiento estudiantil en Paraná, lo que permite comprender los elementos fundamentales de la educación escolar.

**Palabras clave:** Dictadura. Educación. Movimiento estudiantil.

## Introdução

O estudo sobre a organização do Movimento Estudantil (ME) no Estado do Paraná, permite e requer a análise e compreensão das características do contexto histórico no qual está inserido, portanto das especificidades da educação escolar. A disponibilização de fontes primárias para o estudo do período ditatorial brasileiro propicia uma análise mais rigorosa das características deste.

Esta pesquisa volta-se para a educação escolar, com vistas a explicitar tais características no estado do Paraná. Para tanto, o estudo pauta-se em reflexões sobre a legislação educacional elaborada e aprovada, bem como da documentação da polícia política paranaense, ou seja, documentos arquivados pela Delegacia<sup>2</sup> de Ordem Política e Social (DOPS), os quais atualmente fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Paraná. Também é realizada a análise de alguns depoimentos e documentos disponibilizados pelo grupo Tortura Nunca Mais<sup>3</sup> do Estado e do site Documentos Revelados. Outra referência fundamental para este texto diz respeito ao livro publicado por Milton Ivan Heller: *Resistência Democrática: a Repressão no Paraná*.

As reflexões aqui apresentadas fazem parte da pesquisa de doutorado, realizada pela autora, na qual o objeto de estudo esteve pautado na organização do Movimento Estudantil Universitário no Paraná (*A UPE une o Paraná: organização do movimento estudantil paranaense, 1974-1985*), portanto apresenta-se aqui um recorte da pesquisa com a intenção de elucidar as peculiaridades, bem como as permanências do período em apreço no que tange a realidade local, quando compreendido que a mesma parte da totalidade das relações sociais estabelecidas naquele período da história do Brasil.

O texto está organizado em três momentos: a partir da análise de algumas questões específicas da Ditadura Civil-Militar<sup>4</sup> no estado; as políticas educacionais do período e por fim tece algumas considerações sobre as contribuições da organização dos estudantes paranaenses no

---

<sup>2</sup> A nomenclatura dada a essa instituição se modifica em cada Estado. Em alguns é chamado de Departamento de Ordem Política e Social e, em outros, como no Estado do Paraná, a nomenclatura é Delegacia de Ordem Política e Social. Em outros casos estaduais receberam os dois nomes.

<sup>3</sup> O primeiro Grupo Tortura Nunca Mais foi criado no Rio de Janeiro em 1985, sendo que na década de 1990 outros estados também organizaram este movimento, como é o caso do Paraná, sendo que o grupo foi fundado em 1995 na capital do Estado, Curitiba. Este grupo tem como finalidade o combate a tortura, à miséria e à violência dos direitos fundamentais da pessoa humana. Maiores informações podem ser acessadas no site do grupo: <https://torturanuncamaispr.wordpress.com/>

<sup>4</sup> O uso do termo Civil-Militar ancora-se nos estudos de pesquisadores sobre o período de 1964-1984, os quais destacam que o golpe militar e o regime por ele instaurado atendiam não apenas aos interesses dos militares, mas também e de forma decisiva aos da classe dominante brasileira, portanto foi um golpe civil e militar. Destacamos que o debate sobre esta questão ainda está presente no meio acadêmico, todavia estaremos nos utilizando desta terminologia sempre com o objetivo de caracterizar esse período como aquele em que há a ausência da democracia. Um exemplo de estudo sobre essa questão pode ser encontrado no texto de Augusto Buonicore: *Da Ditadura Militar Brasileira*, disponível em: <https://vermelho.org.br/2014/02/20/augusto-buonicore-da-ditadura-militar-brasileira/>. Acesso em 13 de jul. de 2020.

processo de elaboração e defesa de uma Reforma Universitária, bem como as lutas travadas contra a proposta do Governo Ditatorial.

No primeiro item o objetivo é trazer para o debate como o governo ditatorial tomou forma no Paraná, quais foram as condições objetivas de implementação das medidas do Governo Federal no âmbito estadual. Em seguida a intenção é retomar as ações do governo militar no âmbito educacional para enfim elencar alguns elementos da organização estudantil, ou seja, do Movimento Estudantil (ME) paranaense no que tange as reflexões sobre a Reforma Universitária, por meio da qual é possível recorrer a questões da organização da educação escolar, por meio da análise das políticas emanadas do Governo Federal.

Em síntese, o artigo pretende explicitar, a partir da análise de fontes primárias, as especificidades da organização estudantil e da educação escolar, no período em apreço, sem perder de vista as condições sociais, políticas e econômicas do país. Enfim, caracterizar o período recente da história no Estado do Paraná, aqui denominado de Ditadura Civil-Militar, o qual marca de forma singular cada região do Brasil.

## **Ditadura na terra das Araucárias**

O então governador do Paraná, quando da efetivação do Golpe, em 1964, era Ney Braga<sup>5</sup>. Como já relatado em pesquisa de mestrado, ele era oriundo de carreira militar e “Após o golpe procurou organizar seu governo adotando uma mudança de estratégia, do discurso da democracia para aquele em que perdurava a participação dentro da lei, ou seja, os paranaenses deveriam se pautar no exercício da legalidade.” (SCHMITT, 2011, p. 34).

Estavam evidenciadas as condições para que, no Paraná, a ação do Governo Federal pudesse se efetivar. Diante da afinidade do governador paranaense com as medidas do Governo Federal, as ações dos militares e civis, no sentido de barrar os movimentos sociais, partidos políticos e pessoas consideradas subversivas, ocorreram de forma mais intensa.

Um relatório divulgado pelo Comitê Brasileiro de Anistia em março de 1979 revelou a ocorrência de 2.726 prisões por motivos políticos no Paraná, desde março de 64. Ou mais de vinte por cento das prisões arroladas em todo o país, em 1978, pela Arquidiocese de São Paulo. Sem dúvida um número exagerado de prisões em um Estado periférico, que não teve ações armadas, excluindo-se a tentativa de

---

<sup>5</sup> Ney Aminthas de Barros Braga foi um militar e político paranaense. Após período de formação militar, elegeu-se prefeito de Curitiba em 1954, na sequência foi eleito Deputado Estadual em 1958 e Governador do Estado em 1960. Em 1966 foi eleito Senador e pela carreira política considerada de grande contribuição para o Governo Federal, foi convocado, em 1974 pelo então presidente Geisel para assumir o Ministério da Educação e Cultura. Ney Braga retorna para o governo do Paraná em 1978, para o segundo mandato.

organização de uma escola de guerrilheiros por iniciativa da Ação Libertadora Nacional, entre Registro e Cananéia, no vale do Ribeira (HELLER, 1988, p. 549).

No Paraná, Apucarana foi a cidade que mais disseminou repressão paranaense, uma vez que lá estava o 30º Batalhão de Infantaria Motorizada, bem como outros locais, dentre os quais o Quartel do Exército em Foz do Iguaçu; em Curitiba um grande centro de repressão e tortura foi Quartel da Polícia do Exército na Praça Rui Barbosa. “Mais de 130 pessoas passaram por esse local nas Operações Marumbi e Barriga Verde” (OLIVEIRA, 2014, p. 144). Essas considerações remetem à clareza de que há muito ainda para ser esclarecido sobre esses mais de vinte anos de ditadura civil-militar, mormente no interior do país e, no caso do Paraná, no interior do Estado.

Como resultado da Operação Marumbi,<sup>6</sup> desencadeada em 12 de setembro de 1975, com a finalidade de prender pessoas que eram acusadas de reorganizar o PCB no estado do Paraná, foram presas aproximadamente 100 pessoas de 13 cidades paranaenses, das quais 65 foram indiciadas.

De acordo com Milton Ivan Heller, em 1983 o jornalista João Arruda, do jornal *Folha de Londrina*, relatou os episódios relacionados à Operação Marumbi. Inicia com um comunicado da 5ª Região Militar, em 14 de novembro de 1975, redigido pelo general Samuel Alves Corrêa:

Os órgãos de segurança, em sua permanente vigilância, acumularam indícios, cada vez mais evidentes, da atuação do PCB no Paraná, toda ela clandestina e ilegal, que se insere no contexto da crescente atividade desenvolvida pelo comunismo no Brasil, com sua ação de infiltração e de proselitismo, e que constitui crime previsto na Lei de Segurança Nacional (Decreto 898, de 29 de setembro e 1969). Para neutralizá-la planejaram a Operação Marumbi, que desarticulou completamente o dispositivo subversivo-comunista no Paraná. **Pode estar certa a família paranaense de que os órgãos de segurança continuarão vigilantes na sua missão de garantir a tranquilidade e a ordem indispensáveis ao trabalho profícuo, fator imprescindível ao progresso do Paraná no Brasil** (HELLER, 1988, p. 369 grifos nossos).

Mais uma vez, para manter a tranquilidade no país, pessoas foram vigiadas, presas e torturadas. Mais uma vez, famílias foram vítimas de constrangimento, medo, pressão, entre outros sentimentos provenientes da ação dos agentes da polícia política brasileira.

Outro acontecimento marcante no período diz respeito à Operação desencadeada pela polícia paranaense em 1977, denominada de “Pequeno Príncipe”<sup>7</sup>. A operação é resultado da vigilância exercida no estado por órgãos da Segurança Nacional:

---

<sup>6</sup> Na pesquisa de Leandro Brunelo: “Repressão política na Terra das Araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná”, é possível encontrar detalhes dessa ação da polícia política brasileira, uma vez que tal operação contou com o trabalho, além da DOPS-PR, do DOI-CODI.

<sup>7</sup> Para mais detalhes sobre a Operação Pequeno Príncipe, ver estudos realizados por José Santos de Abreu, como resultado de pesquisa de Mestrado, intitulada: Operação Pequeno Príncipe: A ação da polícia política no combate à doutrinação comunista nas pré-escolas Oficina e Oca (Curitiba, 1978).

[...] uma vez que a vigilância sistemática às escolas e seus membros era feita não somente pela DOPS, mas também pelo DOI-CODI<sup>8</sup> local e, além disso, a decisão final sobre a deflagração da Operação Pequeno Príncipe ocorre em uma das reuniões do DOI-CODI paranaense realizadas semanalmente nas dependências da 5ª Região Militar, em Curitiba, nas quais o tema das pré-escolas sempre vinha a tona (ABREU, 2015, p. 31).

A justificativa da operação era de impedir a doutrinação comunista para crianças de até seis anos de idade. As escolas *Oficina*, fundada em 1973, e *Oca*, em 1977, foram pensadas por pessoas que procuraram uma educação diferenciada para seus filhos, para além daquela oferecida pelas instituições da rede pública, as quais estavam sob a égide da legislação educacional implementada pelo governo militar.

Em março de 1978, onze pessoas<sup>9</sup>, identificadas como subversivas e vinculadas às duas pré-escolas, foram presas. De acordo com os depoimentos dessas onze pessoas, o clima de tensão e pressão já permeava a vida delas, desde final de 1977; elas já eram vigiadas pela polícia política do estado, bem como ameaçadas por organizações paramilitares, como por exemplo, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

Edesio Passos e sua esposa Zelia Passos sofreram muito com o caso da escola alternativa da qual participaram, pois era baseada no método Paulo Freire. Eles faziam parte do Grupo dos Onze e, como os demais, foram acusados de ensinar comunismo para as crianças. No site DHPAZ, estão disponíveis os depoimentos de ambos, sendo que é possível recorrer às especificidades desse processo, desencadeado pela Operação Pequeno Príncipe. Além de fazerem parte do Grupo dos Onze, ambos são oriundos do Movimento Estudantil no período anterior ao Golpe de 1964.

Os fatos demonstram que, no estado Paraná, enquanto o Brasil vivia o período denominada de abertura “lenta, segura e gradual”, ocorreram as maiores violações de Direitos Humanos em grande escala, com a Operação Marumbi. Foi também nesse período que a Operação Pequeno Príncipe foi desencadeada, com uma característica mais amena, no que tange à violência física, mas incisiva naquilo que pode ser denominado violência psicológica, disseminação do terror, do medo, de insegurança.

Todavia, pessoas e movimentos sociais mantiveram-se lutando contra tais atrocidades; o ME paranaense esteve articulado e denunciando as violações, mesmo que em espaços restritos, sem a unidade estadual e nacional, por conta da clandestinidade de suas entidades e da violência disseminada contra os líderes estudantis.

<sup>8</sup> De acordo com os estudos de Carlos Fico, o DOI-CODI foi implantado no Paraná, no ano de 1971, mas iniciou suas atividades a partir de 1975, quando foi desencadeada a Operação Marumbi.

<sup>9</sup> Valêncio Xavier produziu um documentário sobre a prisão dessas pessoas, denominado “Os 11 de Curitiba, todos nós”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eWzna9d8d24>. Acesso em 17 de janeiro de 2020.

## Educação na Ditadura Civil-Militar

As ações do governo militar, no sentido de efetivar os interesses daqueles que estavam no poder, avançaram também em direção à educação escolar e marcaram a organização da mesma no Paraná, dessa forma, necessário recorrer as ações fundamentais implementadas, por meio da legislação. Dito de outra forma, ao analisar os documentos arquivados pela polícia política paranaense, é possível identificar a luta dos estudantes contra a implementação das políticas educacionais emanadas do Governo Federal, bem como a vigilância exercida pelos agentes desta polícia no sentido de controlar as instituições escolares, bem como movimentos sociais e pessoas consideradas de esquerda.

Durante os governos dos Marechais Castello Branco e Costa e Silva, os primeiros após o Golpe, foi que acordos entre MEC (Ministério da Educação e Cultura) e a USAID (United States Agency for International Development<sup>10</sup>) - os conhecidos Acordos MEC-USAID - foram assinados com a finalidade de garantir a “modernização” da educação brasileira:

[...] Tratava-se de providenciar uma ampla reforma do sistema brasileiro de ensino, de modo a “despolitizá-lo” e levá-lo a preparar profissionais para os planos e programas de desenvolvimento capitalista que o Governo passou a dinamizar. A economia política da ditadura estava sendo imposta também na área da educação. A universidade mereceu atenção especial nos acordos MEC-USAID. Tratava-se de ajustá-las às exigências do capital (IANNI, 1981, p. 20).

Entre a década de 1950 e início de 1960, ocorria um debate em torno de uma proposta de educação, como parte das reformas de base, ou seja, visando à qualidade e atendendo aos interesses de todos. Porém, as reformas implementadas pelo governo, a partir de 1964, não contemplaram a totalidade dessas reivindicações, mas estiveram direcionadas para o atendimento das recomendações das agências internacionais.

Todos necessitam da penumbra, da calada da noite, para executarem seus objetivos, inconfessáveis à luz do dia. E o próprio sigilo criado pelas autoridades em torno dos Acordos MEC-USAID já demonstrava o perigo que eles representavam. Não foram poucos os que perceberam. O professor Gildásio Amado, por exemplo, declarou que “os problemas educacionais brasileiros são bem diferentes dos Estados Unidos, inclusive porque somos um país subdesenvolvido”, e “as soluções para o Brasil não podem vir de fora, tem que ser encontradas aqui mesmo” (POERNER, 2004, p. 220).

Os acordos lançaram as bases principais da reforma educacional implementada no período, inclusive, por meio do Relatório Meira Matos. Orientaram a política educacional brasileira com base na legislação da reforma universitária; do Decreto Lei nº. 477 – contenção da organização estudantil e, mais à frente, da implementação da Lei nº. 5692 de 1971.

---

<sup>10</sup> Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional.

Pelo Decreto nº. 62.024 de 29 de dezembro de 1967, instituiu-se uma comissão especial, no âmbito do MEC, com as finalidades de emitir parecer sobre as reivindicações estudantis, propor medidas que melhorassem a aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil, coordenar e supervisionar essas ações. O presidente da comissão foi o Coronel Carlos Meira Matos; os demais membros eram: Hélio de Sousa Gomes, diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Jorge Boaventura de Sousa e Silva, diretor-geral do Departamento Nacional de Educação; Afonso Carlos Agapito, promotor público e coronel-aviador; e Valdir de Vasconcelos, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional.

A comissão trabalhou de janeiro a abril 1968. Apontava os principais problemas do ensino, em especial, do superior. Para a solução desses problemas, a comissão propôs, entre outras medidas, a redução dos poderes do Conselho Federal de Educação; a nomeação de diretores de faculdades e reitores das universidades federais, pelo presidente da República, sem levar em conta as listas tríplices dos órgãos colegiados e a limitação da autonomia universitária. O Relatório Meira Matos condicionou as atividades do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária.

Nessa direção, é pertinente realizar uma reflexão sobre o significado das mudanças que ocorreram no sistema educacional brasileiro, a partir de 1964. Sendo assim, remetemos aos estudos realizados por Dermeval Saviani, o qual assevera que, após o Golpe de 1964, não houve ruptura no nível socioeconômico, sendo apenas efetivada ruptura no nível político. Por isso:

Não tendo havido ruptura, mas continuidade no plano socioeconômico, compreende-se que tenha havido continuidade também na educação. E isso se refletiu na legislação que instituiu as reformas do ensino baixadas pela ditadura. Eis por que não foi necessário revogar os primeiros títulos da LDB (Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961), exatamente os títulos que enunciavam as diretrizes a serem seguidas. Foram alteradas as bases organizacionais, tendo em vista ajustar a educação aos reclamos postos pelo modelo econômico do capitalismo de mercado associado e dependente, articulado com a doutrina da interdependência (SAVIANI, 2013, p. 364).

Dessa forma, devido à “opção” brasileira pelas relações capitalistas, com base no modelo associado-dependente, a educação tinha papel importante no desenvolvimento dessas relações.

Logo:

O pano de fundo dessa tendência está constituído pela teoria do capital humano, que, a partir da formulação inicial de Theodore Schultz, se difundiu entre os técnicos da economia, das finanças, do planejamento e da educação. E adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo resultado com o mínimo de dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos” (SAVIANI, 2013, p. 365).

As medidas do governo para efetivar tais ações foram registradas pela legislação educacional implementada, em especial a Lei 5.540, que institui a Reforma Universitária e da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que estabelece a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus. Ainda de acordo com Saviani: “com o advento do regime militar, o lema positivista ‘Ordem e Progresso’ inscrito na bandeira do Brasil metamorfoseou-se em ‘segurança e desenvolvimento’”. (2013, p. 367)

No que tange à concepção pedagógica que permeou a organização da educação escolar no período, retomamos a análise realizada por Saviani, quando conceitua a pedagogia tecnicista diferentemente das pedagogias tradicional e nova, o elemento principal do ato educativo é a organização racional dos meios, os métodos; professor e alunos são elementos secundários.

Atendendo aos interesses tanto externos como internos de uma parcela da sociedade, a pedagogia tecnicista esteve articulada aos objetivos de transpor para a educação escolar a forma de organização da sociedade, tendo como pressuposto fundamental a racionalização dos recursos financeiros e a promoção do desenvolvimento do país. Assim, assevera Saviani:

Na verdade, a pedagogia tecnicista, ao ensaiar transpor para a escola a forma de funcionamento do sistema fabril, perdeu de vista a especificidade da educação, ignorando que a articulação entre escola e processo produtivo se dá de modo indireto e por meio de complexas mediações (SAVIANI, 2013, p. 383).

Portanto, a concepção tecnicista não possibilitou avanços no campo educacional. Destacamos que, na década de 1970, há a presença da concepção analítica nos debates educacionais, todavia, é a tendência tecnicista que predomina. Nesse mesmo período: “surgiram estudos empenhados em fazer a crítica da educação dominante, pondo em evidência as funções reais da política educacional que, entretanto, eram acobertadas pelo discurso político-pedagógico oficial”. (SAVIANI, 2013, p. 392)

Diante do exposto, remetemos à ajuda internacional para a educação brasileira, a qual tem exercido função de manter a ordem mundial, de manter alguns países desenvolvidos e muitos subdesenvolvidos:

Em se tratando de sociedades colonizadas ou recém-saídas do colonialismo, a ajuda internacional tem sido instrumento eficiente de fornecimento e preparo de mão-de-obra ou de recursos humanos de vários níveis de qualificação, culturalmente adaptados aos objetivos da consolidação da dependência, mesmo após a emergência das sociedades nacionais (ROMANELLI, 2007, p. 200)

Com relação à política educacional no período, destacamos que o Estado adotou algumas medidas a curto e longo prazo, com o objetivo de conter a crise educacional que estava presente no país, em decorrência do aumento da demanda por educação escolar, devido a questões econômicas. Tais questões estavam ligadas ao desenvolvimento do país, assim como a questões sociais e

culturais, relacionadas, ainda, à percepção da classe média brasileira de que a educação resultava como o único caminho disponível para a conquista de bons cargos nas empresas.

Desde o início do Governo civil-militar, foram adotadas medidas para (re) organização da educação brasileira. Entretanto, as ações implementadas ocorreram sem a participação da sociedade civil e também visavam desmobilizar movimentos nesse campo. Germano destaca ainda:

Com efeito, apesar da constante valorização da educação escolar, no nível do discurso, o Estado esbarra, em primeiro lugar, num limite de ordem material: a escassez de verbas para a educação pública. Isso acontece porque, como vimos, o Estado emprega o montante de recursos sob a sua responsabilidade em setores diretamente vinculados à acumulação de capital. Esta é sua prioridade real, a qual, por sua vez, aponta no sentido da privatização do ensino (GERMANO, 1994, p. 104).

A reforma educacional esteve permeada pelas orientações provenientes dos Acordos MEC-USAID, os quais tiveram abrangência significativa em todos os níveis de ensino: primário, médio e superior. “Basta evidenciar essa abrangência para se ajuizar da importância atribuída ao fator educação pelo setor externo, na integração e posicionamento das sociedades periféricas, no contexto geral do capitalismo internacional” (ROMANELLI, 2007, p. 213).

Alguns aspectos devem ser considerados ao analisar os acordos, quais sejam: eles possuíam uma estrutura única, utilizada para analisar os diferentes níveis e estruturas educacionais, o que tende a isolar a educação do contexto social. Utilizavam os órgãos centrais de decisão para disseminar as orientações à organização da política educacional brasileira.

Desse modo, o papel do Estado foi reorganizado para atender à demanda social, não só por educação, como por saúde, segurança, reforma agrária, entre outros. Todavia, no que diz respeito à educação:

Ao mesmo tempo que se via obrigado a enfrentar a crise estudantil, adotando medidas urgentes para contorná-las, o Governo instituído após 1964 se via também compelido a criar as condições básicas para expansão econômica que o sistema de greves e protestos estivera na iminência de comprometer. Por outro lado, o investimento em educação, cuja importância se fazia cada vez mais evidente para o êxito da própria expansão, corria o risco de tornar-se um grande desperdício, se não se reestruturasse todo o ensino e, ao mesmo tempo, não se acabasse com o protesto estudantil, mormente com as greves, que haviam transformado completamente as atividades escolares dentro das Universidades. As medidas de contenção do protesto se revelavam, assim, a única via capaz de impor a ordem e, ao mesmo tempo, as reformas (ROMANELLI, 2007, p. 226).

A política educacional foi marcada pela duplicidade entre desenvolvimento, eficiência e produtividade e, de outro lado, controle e repressão. A primeira proposta de cunho empresarial tinha, assim, a finalidade de reduzir gastos e aumentar a produtividade. De um lado, o Estado impôs-se a tarefa de organizar a educação com base em sua política de desenvolvimento

econômico; de outro, houve a necessidade de suprimir as reivindicações por educação de qualidade, para toda a sociedade. Esta última função esteve permeada pela repressão.

Com esses objetivos, a legislação educacional foi implementada. Para atender à “necessidade” de reformar a estrutura da educação brasileira, a legislação aprovada foi: a criação do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, pela Lei 5.537 de 21 de novembro de 1968; o Decreto 63.341, de 1 de outubro de 1968, que estabeleceu os critérios para expansão do ensino superior; o Decreto-Lei 405, aprovado em 31 de dezembro de 1968, que instituiu as normas para as matrículas no ensino superior; a lei da Reforma Universitária, 5.540 de 28 de novembro de 1968 e a Lei de Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Por outro lado, foram aprovadas as leis que buscaram reorganizar o ME, os Decretos 477 e 228, além da Reforma Universitária.

O Decreto-Lei n.º 228 de 28 de fevereiro de 1967 reformulava a organização estudantil. Tal Decreto estabelecia como entidades de representação estudantil os Diretórios Acadêmicos e o Diretório Central dos Estudantes, sendo que determinava as normas para organização dos estudantes universitários a partir desses dois órgãos, ou seja, a autonomia para organização estudantil ficava cerceada. O Art. 20 extinguiu os órgãos de representação estudantil de nível estadual. Outra providência dessa legislação envolvia obrigatoriedade do voto para as eleições dos diretórios acadêmicos, bem como a eleição indireta para o DCE, a partir de delegados escolhidos.

O Art. 15 evidenciou a influência das autoridades na organização dos estudantes universitários, uma vez que o texto destacava: “Serão suspensos ou dissolvidos pelas Congregações ou pelos Conselhos Universitários, conforme se trate de Diretório Acadêmico ou de Diretório Central de Estudantes, os órgãos de representação estudantil que não se organizarem ou não funcionarem em obediência ao prescrito neste decreto-lei e nos respectivos Regimentos ou Estatutos”. O Decreto-Lei n.º 228, ao entrar em vigor, revogou a Lei 4.464 de 9 de novembro de 1964, a Lei Suplicy.

O Decreto-Lei n.º 477 de 26 de fevereiro de 1969, com a finalidade de buscar o controle dos estudantes e demais profissionais da educação, estabelecia quais eram as infrações disciplinares cometidas por alunos, professores e demais funcionários. Transcrevemos, abaixo, o Art. 1º, cujo texto explicita quais eram as atividades consideradas infrações.

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

- II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;
- III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, **ou dele participe**;
- IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
- V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;
- VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para **praticar ato contrário à moral ou à ordem pública** (BRASIL, 1969, grifos nossos).

A busca pelo controle da organização/manifestação dos profissionais da educação, assim como dos alunos, era muito clara, sendo que cometiam infração não só os organizadores das atividades subversivas, mas também quem participasse dessas atividades. Dessa forma, não era permitida nenhuma manifestação contra a “moral ou a ordem pública”.

Para garantir a ordem nos estabelecimentos de ensino, o Decreto apresentava as punições para aqueles que cometessem alguma das infrações citadas no Artigo 1º, sendo, para membro do corpo docente ou funcionário, a pena de demissão ou dispensa; ademais, havia também a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco anos. Para os alunos, a pena era de desligamento e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos. Alunos bolsistas perdiam o auxílio e não poderiam utilizar esses benefícios pelo prazo de cinco anos. Ao bolsista estrangeiro, o Decreto estabelecia que seria solicitada a sua imediata retirada de território nacional. A apuração das infrações era realizada a partir da instauração do Inquérito Policial.

Assim, foi imposto:

[...] o famigerado Decreto-lei 477, pelo qual os líderes estudantis, considerados perigosos à ordem, ficavam proibidos de se matricular em qualquer estabelecimento de ensino durante três anos. Nova onda de cassações também atingiu o corpo docente. Os centros acadêmicos livres foram fechados e substituídos por entidades atreladas à direção das escolas. O decreto 477 foi o AI-5 da educação (BUONICORE, 2008, s/n).

No período denominado transição política, especificamente, durante o governo de João Batista de Figueiredo, ocorreu a aprovação da Lei 6.680 de 17 de agosto de 1979, que dispôs sobre as relações entre o corpo discente e a instituição de ensino superior, evidenciando outras providências. Em seu Artigo 1º, estabelecia que o corpo discente dos estabelecimentos de ensino superior seria representado, nos órgãos colegiados acadêmicos, com direito a voz e voto. Todavia, o parágrafo único destacava que a finalidade da representação estava relacionada a promover a

cooperação entre a comunidade acadêmica e o aprimoramento da instituição, sendo vedadas atividades de natureza político-partidária.

Reconhecia, dessa forma, no Artigo 2º, que os Diretórios Centrais de Estudantes e o Diretórios Acadêmicos constituíam-se como órgãos de representação estudantil. Essa lei revogou os Decretos-Lei n.º 228 e 477, bem como os artigos 38 e 39 da Lei n.º 5.540. Era uma estratégia do governo de minimizar as reivindicações dos estudantes, sem perder o controle da organização do ME.

Apenas no final do período de transição política, no governo de José Sarney, a União Nacional de Estudantes (UNE) foi legalmente reconhecida como entidade de representação dos estudantes universitários em nível nacional; ademais, houve o reconhecimento das demais entidades estaduais e das IES (Instituições de Ensino Superior), conforme letra da Lei nº 7.395 de 31 de outubro de 1985.

Art. 1º - A União Nacional dos Estudantes – UNE, criada em 1937, é entidade representativa do conjunto dos estudantes das Instituições de Ensino Superior existentes no País.

Art. 2º - As Uniões Estaduais dos Estudantes UEEs são entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada Estado, do Distrito Federal ou de Território onde haja mais de uma instituição de ensino superior (BRASIL, 1985).

O processo de reconhecimento da UNE como entidade máxima de representação estudantil não ocorreu de forma “tranquila”, ou seja, foi marcado por contradições de posicionamento. Tal fato pode ser comprovado a partir da análise de alguns recortes de jornais da época, arquivados no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL)<sup>11</sup>. Apenas a título de exemplo, mencionamos as reportagens do jornal *Folha de São Paulo*, dos dias 10 e 11 de novembro de 1977. No dia 10/11/1977, temos a reportagem: *Comissão aprova proposta para a volta da UNE*, na qual estão algumas informações sobre a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara do projeto de lei que propunha a volta da UNE. No dia seguinte (11 de novembro de 1977), no mesmo jornal, temos a manchete: *MEC não aceita órgão nacional de estudantes*.

No que tange à legislação, foi aprovada em 1985, após vinte anos; a UNE foi novamente reconhecida pelo Governo Federal como entidade máxima de representação estudantil. Todavia, os resquícios do período de clandestinidade, a destruição da sede da entidade, a prisão, tortura, exílio das lideranças estudantis, são marcas que permaneceram e direcionaram os rumos da organização estudantil brasileira.

---

<sup>11</sup> Estas notícias estão arquivadas nas pastas 15 e 16, denominadas Movimento Estudantil – Instituições – UNE – Reconstrução e legalização.

Recorremos, ainda, em função do recorte temporal desta pesquisa, a algumas reflexões sobre a Lei da Anistia, uma vez que se concretizou como uma das ações relevantes para o processo de redemocratização do país.

Na história da República Brasileira, não há como deixar de retomar o registro do pesquisador Paulo Ricardo da Cunha, de que tivemos 48 anistias, as quais estiveram marcadas pela categoria da conciliação.

[...] A anistia começou a ser considerada como proposta a partir das conversações da Frente Ampla, iniciadas em 1966; mas foi a partir dos anos 1970 que a luta começou de fato a constar da agenda política do país. Não demorou muito tempo, ocorreu a formação dos primeiros comitês de Anistia (CUNHA, 2010, p. 31).

Como resultado do processo histórico de organização da sociedade brasileira, a Lei da Anistia foi aprovada em 1979, Lei n.º 6.683/79. Ficou marcada pela contradição de sua abrangência, quando incluiu os crimes conexos, ou seja, os torturadores. Em contrapartida, constituiu em grande avanço, ao propiciar o retorno de vários líderes e demais militantes exilados, que contribuíram à luta pela redemocratização do país. No campo da reorganização estudantil, há a importância da presença de militantes que foram exilados e haviam retornado, quando da realização do Congresso de Reconstrução da UNE.

Ocorreu, ainda, a luta pela realização das eleições diretas para Presidente da República, movimento que ficou conhecido como *Diretas Já*, do qual o ME nacional e estadual foi partícipe. Esse movimento, era resultado da mobilização de uma parcela significativa da sociedade, dentre eles, os estudantes, assim como: operários, artistas, intelectuais, trabalhadores, que reivindicavam a realização de eleições diretas para Presidente da República. Esse movimento aconteceu entre 1983 e 1984, em todo país. Apesar de haver um número considerável de participantes nas manifestações em prol das diretas, a Ementa Constitucional, apresentada pelo então Deputado Federal Dante de Oliveira, propondo eleições diretas, não foi aprovada no Congresso Nacional. Portanto, em janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral reuniu-se e elegeu o novo Presidente: Tancredo de Almeida Neves, pelo MDB; como vice, José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney.

O Comício realizado em Curitiba, em 12 de janeiro de 1984, que contou com a presença de mais de 50 mil pessoas, bem como o comício de São Paulo, em 25 de janeiro, com 300 mil pessoas, evidenciaram-se como a expressão da organização dessa parcela da sociedade (NERY, 2014, p. 247).

Todavia, o mesmo autor assevera que, apesar desse movimento representar um processo de articulação da sociedade, ela está permeada também por forças burguesas. “Os comícios, principalmente os de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, configuraram uma aliança entre a

oposição burguesa e o movimento operário e popular, sob a nítida direção da primeira, definindo o tom da campanha” (NERY, 2014, p. 247).

## **Reforma universitária: movimento estudantil versus legislação “implementada” pelo governo**

Como já mencionado neste texto, o governo instaurado a partir do golpe de 1964 redigiu e “aprovou” um conjunto significativo de decretos, leis e resoluções, bem como Atos Institucionais, cujo objetivo era frear as mobilizações populares. Com relação à necessidade de contenção das mobilizações estudantis, destacamos o Ato Institucional n.º 5, sendo estendido ao sistema educacional pelo Decreto n.º 477 de 26 de fevereiro de 1969, o qual estava direcionado exclusivamente ao corpo docente, discente e administrativo das escolas; o objetivo era coibir toda e qualquer manifestação de caráter político ou de protesto no âmbito das universidades.

Na contramão das imposições do Governo Militar, o ME redigiu, em sua tese de 1967, analisada por José Luís Sanfelice (2008), que a proposta de Reforma Universitária do governo ditatorial, gestada a partir do Relatório Atcon, atendia aos interesses do capital, no sentido de “formar profissionais operacionais e vinculados ao *status quo*, isto é, quadros técnicos para o desenvolvimento do capitalismo sob a orientação do imperialismo” (SANFELICE, 2008, p. 146).

Contudo, é necessário e oportuno destacar a caminhada de luta e discussões dos estudantes universitários em torno da necessidade de reorganização da oferta de educação superior no Brasil. Dessa caminhada, destacaremos os Seminários Nacionais dedicados às discussões sobre a Reforma Universitária. O primeiro Seminário aconteceu em Salvador, no ano 1961, quando os estudantes brasileiros redigiram a *Declaração da Bahia*. Esse documento demonstra o posicionamento da UNE, no que tange à Reforma Universitária. Na Declaração da Bahia, as propostas dos estudantes foram abordadas em três temas: a realidade brasileira; universidade no Brasil e reforma universitária; também, modificações no Projeto de Diretrizes e Bases da educação Nacional.

A proposta era uma universidade com uma visão voltada para as necessidades do povo brasileiro. O documento apresentava um parecer sobre a realidade brasileira do ponto de vista socioeconômico em relação à nação capitalista em fase de desenvolvimento. A Declaração da Bahia foi o documento que não fez separação entre a situação da Universidade e economia política do país. Nesse I Seminário, a Universidade Brasileira surgiu caracterizada como uma estrutura de uma

sociedade alienada. Os universitários acreditavam que a universidade não estava respondendo à sua missão cultural, profissional e social.

Culturalmente, por não se constituir como repertório da cultura nacional e por não se preocupar com a pesquisa; profissionalmente, por não formar profissionais para atender as exigências da realidade do País; socialmente pelo caráter antidemocrático dos critérios de acesso ao ensino superior, bem como formar profissionais individualistas, sem maiores preocupações com os problemas da sociedade (FÁVERO, 1994, p. 38).

A Reforma Universitária deveria ser ampla, cujos objetivos envolviam o fato de lutar para a democratização do ensino, abrir a universidade para o povo, colocando-se a serviço das classes consideradas menos favorecidas. No Seminário, também foram discutidos problemas acadêmico-pedagógicos e administrativos, na busca de autonomia para a universidade (financeira, administrativa e didática), ponto que ainda é motivo de discussões nas instituições de ensino, tendo em vista que muitas ainda se mantêm com caráter autoritário.

Em julho de 1961, foi realizado o Encontro da Região Sul, sendo rediscutidos alguns pontos que tinham sido levantados no I Seminário da Bahia. A finalização desses pontos foi realizada no II Seminário Nacional de Reforma Universitária, que aconteceu em Curitiba, de 17 a 24 de março de 1962. A sistematização das reflexões, realizadas durante o Seminário, resultou no documento denominado Carta do Paraná, que propunha a fundamentação teórica da reforma universitária, uma análise crítica da universidade brasileira e um esquema de luta por tal reforma.

Na mesma perspectiva da Declaração da Bahia, a Carta do Paraná preconiza, na primeira parte, uma universidade crítica, antidogmática e imune às discriminações de ordem econômica, ideológica, política e social. De forma pouco clara e objetiva, o documento assinala a dificuldade de a universidade estabelecer uma real integração entre a formação geral e técnica. Na segunda parte, discute-se, sobretudo o papel da universidade como instrumento de elaboração de uma cultura nacional (FÁVERO, 1994, p. 40).

Nesse II Seminário, novamente, são tecidas críticas à universidade brasileira, como já registrado na Declaração da Bahia. Além disso, os estudantes denunciaram a defasagem entre as universidades e as perspectivas do movimento popular, buscando uma maior democratização da cultura, tendo em vista que consideravam que tal democratização da cultura constituía-se como uma missão aos problemas e interesses do povo.

Segundo a Declaração da Bahia, a universidade também falhava em relação à sua missão cultural, pois não era repositório da cultura nacional; além de não apresentar iniciativa de pesquisa científica, cultural e artística, cuja proposta era inadequada para a nossa realidade, ainda falhava, pois não esclarecia para o povo o conteúdo de uma cultura popular.

José Luís Sanfelice destaca que o II Seminário de Reforma Universitária foi uma atividade ainda mais relevante que o I Seminário, uma vez que o movimento estudantil brasileiro, liderado pela UNE, fez a defesa de que a Reforma Universitária não poderia estar direcionada para atender os filhos da classe economicamente mais elevada, ou seja:

[...] Dizendo rejeitar a perspectiva de luta pela Reforma Universitária numa dimensão voltada apenas para o ganho pessoal dos privilegiados sociais que conseguiram frequentar o ensino superior, concluiu-se que o problema da reforma era de fato um problema popular, porque era o povo que não tinha acesso à universidade (SANFELICE, 2008, p. 48).

A proposta era de que a universidade criasse uma cultura nacional, propiciando condições para o desenvolvimento da consciência nacional e popular, sendo que a atual estrutura da universidade no Brasil apresentava suas bases na cultura, baseada numa sociedade colonial, que evidenciava uma alienação para que a ordem social desumana fosse mantida. Somente a cultura do povo responderá às necessidades da cultura brasileira (Carta do Paraná). Nesse sentido, propunha-se que, com base em uma cultura popular, seria possível desenvolver um pensamento popular e, conseqüentemente, uma ideologia popular, descobrindo e valorizando o potencial cultural.

A partir da realização do II Seminário, os estudantes iniciaram as atividades de divulgação das decisões sistematizadas para os estudantes do país. Tal ação foi denominada de UNE Volante, uma caravana composta pela direção da UNE, membros do CPC e demais representantes dos estudantes. O objetivo da caravana era esclarecer aos estudantes brasileiros as propostas do ME. Dentre elas, a bandeira a ser defendida por todos era a participação de 1/3 de estudantes, 1/3 de professores novos e 1/3 de professores mais antigos, nos órgãos colegiados das universidades. Essa proposta tinha como pano de fundo a possibilidade de manter diálogo com os professores novos, em defesa da proposta de Reforma Universitária da UNE.

Os estudantes paranaenses, liderados pela UPE (União Paranaense de Estudantes) e UPES (União Paranaense de Estudantes Secundaristas), mantiveram-se resistentes a seguir o estabelecido pela Lei Suplicy de Lacerda, bem como organizaram-se no sentido de continuar com os encaminhamentos liderados pela UNE, no que tange à proposta de Reforma Universitária. Sobre essa questão, recorreremos aos estudos de Rafael Rosa Hagemeyer:

Costa e Silva decreta o fechamento da UPE, com base na Lei Suplicy, por ordem de Gama e Silva, ex-reitor da USP e então ministro da Justiça. No dia seguinte, Luís Antônio Amaral, presidente da UPE, é preso. Uma série de apreensões é realizada, a começar por uma estação clandestina de radioamador, além do recolhimento de jornais e manifestos, considerados “material subversivo” por exprimirem opiniões contrárias à Guerra do Vietnã (HAGEMEYER, 1998, p. 106).

No livro *Resistência democrática: a repressão no Paraná*, de Milton Ivan Heller, encontramos alguns depoimentos de ex-militantes do ME paranaense, dentre eles, o de Stênio Sales Jacob, então presidente da UPE, na gestão 1967/68. Stênio destaca algumas especificidades da organização estudantil no Paraná:

Nós aqui no Paraná sempre tivemos a preocupação, em toda a nossa atuação no movimento estudantil, de discutir profundamente com os estudantes. Nós conseguimos agilizar o movimento estudantil porque mantivemos um trabalho permanente de discussão com os estudantes em todo Estado. Percorríamos as salas de aulas, e assim foi, na luta contra a introdução do pagamento das anuidades na Universidade Federal do Paraná. O reitor Flavio Suplicy de Lacerda, dentro do programa MEC-USAID, como ministro da Educação, introduziu a famosa Lei Suplicy que eliminava a organização estudantil, extinguindo os centros acadêmicos e as uniões estaduais. Mas os estudantes conseguiram resistir, ignorando o Diretório Estadual de Estudantes e mantendo a UPE como sua entidade representativa máxima (HELLER, 1988, p. 293).

De acordo com Heller, o próprio Stênio candidatou-se à presidência do DEE, deixando claro que seu objetivo era fechar essa entidade, fato que levou à suspensão das eleições para o DEE e à manutenção da UPE como entidade máxima de representação dos estudantes universitários no Paraná.

Em nossa busca por fontes sobre a organização estudantil paranaense, a partir dos dados levantados pelos estudos de Hagemayer, foi possível recorrer à consulta do dossiê (UPE, pasta nº. 1575, topografia 190) sobre a Política Educacional do Governo (PEG). A análise do dossiê permite compreender que o Seminário sobre a PEG foi uma atividade organizada pela União Paranaense dos Estudantes e o Movimento Estudantil Livre (MEL), este representava os estudantes secundaristas. O Seminário da PEG ocorreu nos dias 14 a 16 de junho, do ano de 1968. Aqui mais um elemento importante sobre a organização das entidades de representação estudantil, a articulação entre os estudantes secundaristas e universitários.

A análise do temário do Seminário permite evidenciar a discussão referente ao histórico da PEG e a as lutas estudantis contra essa proposta do governo, sobretudo no Paraná. Foram organizados grupos de trabalho para análise, discussão e encaminhamentos no que tange as formas de luta dos estudantes com relação à PEG. (UPE, pasta nº. 1575, topografia 190, 1968, p. 2-3)

Nesse mesmo dossiê, há um texto, redigido pelos estudantes, denominado de Política Educacional. Esse texto foi produzido pela diretoria da UNE, a partir da realização do Conselho Nacional de Estudantes, que se reuniu em fevereiro de 1968, uma vez que o tema central desse encontro foi a Política Educacional da Ditadura. Como, na introdução do texto, consta a orientação de que deve servir de apoio para o movimento estudantil de base, realizar suas discussões e

encaminhamentos sobre a PEG, fica claro que o documento foi orientador do Seminário sobre a Política Educacional, realizado no Paraná. Assim como os demais textos produzidos pelo ME, com relação à Universidade, ele também faz referência à necessidade de repensar a Universidade brasileira, que é arcaica. A análise desse e demais documentos, produzidos pelos estudantes, será efetivada no capítulo quatro desta pesquisa.

Nesse contexto, há o destaque para o fato de que, apesar da repressão, da legislação imposta pelo governo militar, os estudantes mantêm os debates e algumas ações de embate com o governo, no sentido de buscar a manutenção da proposta de Reforma Universitária, produzida pelo ME, a partir do início da década de 1960. Os estudantes paranaenses estão nessa luta contra a PEG e em defesa da Reforma Universitária, que atenda aos interesses de toda a sociedade.

Como mencionamos no início deste texto, os estudos sobre o período de 1964 a 1984 estão organizados em pelo menos três momentos: o primeiro momento, que é de organização das ações para manutenção do governo, de 1964-69; o segundo momento, denominado por muitos pesquisadores de “anos de chumbo”, a partir da aprovação e implementação do AI nº 5, no final de 1968 até 1975, ou seja, é o momento de extrema violência contra sujeitos e organizações de esquerda (subversivos); o terceiro e último momento, a partir de 1976, que é o processo de abertura, lenta, gradual e segura.

No segundo período ditatorial, os estudantes também são calados. No caso da documentação pesquisada nos arquivos da DOPS-PR, encontramos apenas alguns documentos do início da década de 1970. Já no ano de 1979, com a articulação no meio universitário, em prol da reorganização da UNE, os estudantes paranaenses produziram um Caderno de Memória da UNE, como resultado do III Encontro de Entidades do Paraná. Nesse caderno, consta uma retrospectiva da história da atuação dos estudantes universitários, liderados pela UNE, desde meadas de 1960, com a organização do Centro Popular de Cultura da UNE (CPC); a UNE Volante; A Greve por 1/3, bem como a participação dos estudantes em acontecimentos do início da primeira metade do século XX, como exemplo, a Luta pelo Petróleo na Campanha *O petróleo é nosso*. O caderno ainda conta com a redação de atividades realizadas no período de 1964 a 1979.

No que tange à proposta de Reforma Universitária imposta pelo governo militar, o texto redigido no caderno considera que:

Primeiramente implantada na Bahia, uma das consequências da Reforma Universitária foi, em 1972, fazer com que o movimento estudantil reaparecesse em cena. O provão, como ficou conhecida a seleção para eliminar os excedentes internos (os alunos ingressavam por áreas e não por curso, opções que nem sempre coincidiam com o número de vagas disponíveis), conseguiu mobilizar os estudantes

em torno dos seus DAs e, mais ainda, conseguiu que se restaurasse o DCE, o qual seria reconhecido pela reitoria (UNE, pasta n.º 2315.261, 1979, p. 127).

O que acontece é um movimento contraditório, tendo em vista que, com as medidas implementadas a partir da Reforma Universitária do Governo Federal, propicia-se um espaço de rearticulação estudantil para lutar contra essas medidas, as quais não consideravam as condições sociais e econômicas dos alunos.

O texto segue relatando a organização dos estudantes no início da década de 1970, em torno da luta contra a implementação da Reforma Universitária, elaborada pelo Governo Federal. Destaque para as mobilizações que aconteceram em São Paulo, contra a implantação do ensino pago. Em outra matéria, denominada *1977: Presença dos estudantes*, a volta do Movimento Estudantil às ruas é justificada:

As manifestações de rua de 1977 não surgiram à toa, foram resultado de muitas aprendizagens de organização e de luta. As condições de ensino decadentes, os objetivos da reforma universitária, o sufoco das formas de participação na vida do país, o agravamento da crise econômica, política e social condicionaram também, sem dúvida, a atual etapa de manifestações dos estudantes (UNE, pasta n.º 2315.261, 1979, p. 129).

O texto segue, destacando a importância da reconstrução dos Diretório Central Estudantes, em 1976, nos estados de São Paulo, Pernambuco, Paraíba e Brasília. A análise dos textos desse caderno permite identificar as contribuições dos estudantes paranaenses no processo de rearticulação e reorganização da UNE, que culmina com o XXXI Congresso da UNE em 1979.

Ainda sobre a proposta de Reforma Universitária do Governo, consta no dossiê UNEPRESS mais um texto redigido pelos paranaenses sobre a Universidade Brasileira. O documento foi resultado do Encontro Regional do Paraná para o XXX Congresso da UNE, sendo denominado *Teses do Paraná para o Congresso da UNE*.

O primeiro texto *A universidade brasileira e a sociedade* foi organizado em três itens: Universidade Arcaica; A universidade que o Governo propõe; e O que nós propomos. No primeiro item, os estudantes destacaram que a universidade brasileira esteve direcionada, ao longo da história, para a formação da elite brasileira, com a organização das escolas isoladas e com vistas a “atender as necessidades de uma oligarquia rural ou referendar o ‘status’ de tal classe com o ‘doutorado’, fruto de um ensino que se convencionou chamar de ‘bacharelesco’”. (UNE, pasta n.º 2317.261, p. 46)

Com os avanços no desenvolvimento da sociedade brasileira, essa forma de oferta de educação superior não atendia às demandas para manutenção do capitalismo, ou seja:

O desenvolvimento capitalista teve maior ênfase após 56 (gov. JK), sob a influência do capitalismo monopolista internacional, o que acentuou os aspectos arcaicos da Universidade. As classes dominantes iniciaram a reformulação da Universidade, mas visando a formação de técnicos operacionais para o atendimento de suas necessidades para a obtenção de maiores taxas de lucros (UNE, pasta n.º 2317.261, p. 47).

De acordo com o documento, diante do desenvolvimento do capitalismo, as críticas à forma como a Universidade está organizada sofrem julgamento, portanto, é uma instituição que estaria em crise, pois não atendia às demandas da sociedade.

Diante da crise da Universidade, o governo propõe uma reforma baseada nos moldes do capitalismo: a Universidade Mec-Usaid, que seria a expressão da dominação de classe, servindo somente uma minoria. A ideologia imperialista começa por atribuir defeitos da Universidade atual ao fato de ela ser gratuita e ser financiada pelo Governo. Segundo seus teóricos, a Universidade deve funcionar nos moldes de uma empresa privada, “dirigida por um bom gerente industrial, assistida e controlada por um Conselho composto por banqueiros, industriais e pessoas destacadas da sociedade”, desvinculada do poder público. Esse regime, ou seja, a FUNDAÇÃO, é um meio de atingir os objetivos da política educacional do Governo e não um fim em si (UNE, pasta n.º 2317.261, p. 47).

O documento faz menção às ações do Governo Federal para concretização da Reforma Universitária, dentre elas, o corte de verbas, no ano 1967, denominado de ano da educação, assim como o Relatório Meira Mattos, que propunha algumas medidas que, aparentemente, seriam favoráveis para os estudantes, como o aumento do número de vagas. Todavia, os estudantes ressaltaram que o objetivo do relatório era de acalmar os ânimos, para implantar o sistema educacional proposto pelos acordos MEC-USAID.

Finalmente, o último item desse texto envolveu a proposta, elaborada pelos estudantes, no encontro realizado em Curitiba, para a reorganização da Universidade Brasileira. A defesa efetivou-se no sentido de buscar a participação dos estudantes nos órgãos de direção da Universidade. Essa participação só seria possível quando o ME contasse com um grande envolvimento por parte dos estudantes na solução dos problemas educacionais.

[...] Por outro lado, estas condições implicam num enfraquecimento momentâneo do Governo que se verá impossibilitado de aplicar mesmo pela força suas perspectivas. As comissões deliberativas paritárias, se em estreita ligação com os estudantes, e, portanto, portadoras do seu ponto de vista, poderão criar uma situação de fato que o Governo, para superar, terá que se valer da violência e não somente contra os órgãos de representação estudantil ou alguns professores, mas contra toda a escola – estudantes, professores e funcionários (UNE, pasta n.º 2317.261, p. 49).

A proposta de Reforma Universitária do ME foi gestada desde o final da década de 1950, culminando com os Seminários, no entanto, os estudos, discussões e ações, na direção de buscar a efetivação dessa proposta, permaneceram durante o período do governo militar, quando a luta

também foi no sentido de barrar a Reforma Universitária “imposta” pelo governo, como é possível verificar nas produções do ME.

As entidades de representação dos estudantes do Paraná estiveram presentes em todo o processo de elaboração das cartas, nos seminários sobre a Reforma Universitária, bem como nas ações de enfrentamento contra a proposta do governo. Dessa forma, elucidar a história da organização estudantil liderada pela UNE, permite identificar a trajetória dos estudantes paranaenses, liderados pela UPE.

## Considerações Finais

O *slogan* “educação para o desenvolvimento” pressupõe reflexões, tendo como ponto de partida as condições objetivas de organização da sociedade, ou seja, a que intenções estará atendendo, sempre com a clareza de que as mudanças no campo econômico ocorrem por meio de “acordos” entre interesses externos e internos.

No estado do Paraná, apesar de assumir características específicas, a Ditadura Civil-militar brasileira tomou forma na sua versão mais cruel, não poupou nem mesmo crianças, como é o caso da Operação Pequeno Príncipe, bem como os filhos de militantes de movimentos sociais que foram presos e torturados. No âmbito educacional, as reformas foram implementadas com vistas a atender as demandas daqueles que estavam no poder. Todavia, assim como nas demais regiões do país, aqui também houve organização de movimentos sociais com a finalidade de questionar e mesmo romper com as orientações emanadas do governo central.

Como exemplo de luta contra a ditadura, este texto trouxe alguns elementos da organização estudantil bem como a ação da polícia política no Estado. O estudo dos documentos arquivados pela DOPS-PR, permitem compreender que a tortura, a censura os desaparecimentos marcaram a história de todas as regiões do Brasil.

Neste sentido, a intenção deste breve texto foi elucidar o alcance da Ditadura Civil-militar para além do eixo Rio São Paulo, como comumente é vista. Nos arquivos da DOPS-PR encontram-se uma quantidade significativa de documentos sobre as ações dos militares e civis nas diversas regiões do Estado, no interior inclusive. Também é possível recorrer as contribuições de estudantes e demais movimentos sociais no sentido de lutar contra a Ditadura e pelo processo de abertura política.

As Operações desencadeadas no Estado (*Marumbi e Pequeno Príncipe*) são sinônimo de que havia organização contra a Ditadura, não apenas por meio de partidos políticos e movimentos

sociais, mas também por educadores e demais membros da sociedade civil, os quais não concordavam com as ações do Governo Federal.

A luta dos estudantes paranaenses contra a Reforma Universitária imposta pelo Governo Federal representa outro exemplo de resistência dos paranaenses. Como elencado no decorrer do texto, havia estudo e debate em torno de uma proposta de Reforma em consonância com o ME Nacional. Nos arquivos da DOPS-PR é possível recorrer a organização dos estudantes do estado contra a implementação do ensino pago dentre outras lutas travadas no período, as quais demonstram a articulação e a importância dos estudantes e demais movimentos de esquerda contra a Ditadura.

Necessário reiterar a importância e mesmo necessidade de analisar a documentação arquivada pelas/pelos DOPS do Brasil, uma vez que há muito o que elucidar sobre a história recente do nosso país e estes arquivos possuem documentos específicos, que não são encontrados em outros espaços.

## Referências

- ARANHA, M. L. A. **História da educação e da Pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2006.
- FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- FORTES, M. F. A. Juventude e escola. **DOXA - Revista Sem. do Unileste-MG**, n. 9, jan./jun. 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- ABREU, J. S. de. **Operação Pequeno Príncipe: A ação da polícia política no combate à doutrinação comunista nas pré-escolas Oficina e Oca (Curitiba, 1978)**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2015.
- BRASIL. Lei Federal 7.398/85 – Poder Legislativo assegura o funcionamento dos Grêmios Estudantis como entidades autônomas de representação dos estudantes. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17398.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17398.html). Acesso em 20 abril de 2019.
- BUONICORE, A. **A UNE: uma página perdida da história**. Disponível em: [http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna\\_texto=1876&id\\_coluna=10](http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=1876&id_coluna=10). Acesso de 13 de janeiro de 2020.
- BUONICORE, A. **Da Ditadura Militar Brasileira**. Portal Vermelho, 2014. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2014/02/20/augusto-buonimore-da-ditadura-militar-brasileira/>. Acesso em 13 de jul. de 2020.
- CUNHA, P. R. da C. Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FÁVERO, M. de L. de A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- GERMANO, J. W. **Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

- HAGEMAYER, R. R. 1968: a derrubada do ensino pago no Paraná. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **1968 faz trinta anos**. Campinas, SP: Mercado de letras, 1998.
- HELLER, M. I. **Resistência democrática**: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.
- IANNI, O. **A Ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- NERY, V. E. Diretas Já: mobilização das massas com direção burguesa. In: PINHEIRO, Milton. et al. **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.
- OLIVEIRA, A. N. P. de. **Depoimentos para a história**: a resistência à ditadura militar no Paraná. Curitiba, DHPaz, 2014.
- POERNER, A. J. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.
- ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. 30. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Editora Alínea, 2008.
- SAVIANI, D. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
- SCHMITT, S. L. **Encontros e desencontros do movimento estudantil Secundarista Paranaense (1964-1985)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Unioeste Cascavel, Paraná, 2011.
- UNE, União Nacional dos Estudantes. Caderno de Memória da UNE. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **UNE – XXXI Congresso**, pasta n.º 2315, topografia 261, 1979.
- UNE, União Nacional dos Estudantes. Teses do Paraná para o Congresso da UNE. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **UNE-PRESS**, pasta n.º 2317, topografia 261, n/d.
- UPE, União Paranaense dos Estudantes. Seminário sobre a Política Educacional do Governo. In: Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, **Política Educacional do Governo**, pasta n.º 1575, topografia 190, 1968.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 01/05/2020  
Aprovado em: 08/02/2021